

AS ELITES QUE PROTAGONIZARAM O ARRANQUE E DESENVOLVIMENTO DO PERIODISMO BEIRÃO

LAS ÉLITES QUE PROTAGONIZARON EL COMIENZO Y EL
DESARROLLO DEL PERIODISMO BEIRÃO

THE PROTAGONIST ELITES IN THE START-UP AND DEVELOPMENT OF
BEIRA'S PERIODISM

Regina Gouveia (rgouveia@ipq.pt)

RESUMO

A interioridade não terá impedido as elites beirãs de, em finais de Oitocentos e primeiras décadas de Novecentos, acederem a novos costumes sociais e às ideologias emergentes. De espírito curioso e empreendedor, e ambicioso certamente, detinham o poder económico que lhes permitiu transpor os limites provinciais e fazer chegar até si as novidades, quer através da imprensa nacional e estrangeira, quer directamente de figuras públicas com quem se relacionavam. Muitos herdaram a sua proeminência social e política, mas outros despertaram para um papel activo na sociedade a que pertenciam mediante formação intelectual e política. Como líderes locais, desempenharam o papel de emissores, mas também de (re)decodificadores dos textos da imprensa em mensagens orais, a fim de viabilizarem a compreensão daqueles por parte dos menos ilustrados. Quem integrava essas elites, que asseguraram o arranque e desenvolvimento do movimento jornalístico na Beira Interior, é a questão central deste artigo, a que intentaremos responder, sobretudo, com os dados obtidos a partir da análise de conteúdo dos jornais da época.

Palavras-chave: Elites, jornais, burguesia, influência simbólica, acção política.

ABSTRACT

The interiority did not prevent Beira's elites, at the end of eight hundreds and first decades of nine hundred, to access new social customs and emerging ideologies. Of curious and entrepreneur spirit, and certainly ambitious, they held the economic power which allowed them to transpose the provincial boundaries and receive the news, either through national and foreign

press or directly through public personalities with whom they had relationships. Many of them inherited their social and political prominence, but others did awaken to an social active role by an intellectual and political education. As local leaders, they were message transmitters and (re)decoders of press texts to oral messages, in order to ensure their comprehension by those less educated. The members that integrated these elites that ensured the start-up and development of journalistic movement in Beira Interior is the central question of this article, to be answered, especially with the information obtained from the content analysis of newspapers.

Keywords: Elites, newspapers, bourgeoisie, symbolic influence, political action.

RESUMEN

La interioridad no ha impedido a las élites de la Beira Interior de acceso, a finales del siglo XVIII y en las primeras décadas del siglo XIX, a las nuevas costumbres sociales y a las ideologías emergentes. De espíritu curioso y emprendedor, y ambicioso ciertamente, tenían el poder económico que les permitió ir más allá los límites provinciales y hacerse ellos mismos con las noticias, a través de la prensa nacional y extranjera, y directamente a través de figuras públicas con quién se relacionaron. Muchos habían heredado su prominencia política y social, pero otros despertaron para un papel activo en la sociedad que integraban por medio de la formación política y intelectual. Como líderes locales, desempeñaron el papel de emisores, pero también de (re)decodificadores de los textos de la prensa en mensajes orales, para hacer posible la comprensión de estos por parte de los menos ilustrados. Quién integró estas élites, que aseguraron el comienzo y el desarrollo del movimiento periodístico en la Beira Interior, es la cuestión central de este artículo, a que intentaremos contestar, sobre todo, con los datos que conseguimos del análisis de contenido de periódicos de la época.

Palabras-clave: Élite, periódicos, burguesía, influencia simbólica, acción política.

| * Professora Adjunta da ESECD do Instituto Politécnico da Guarda

Submetido: 25 Fevereiro 2010
Aceite: 30 Junho 2010

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos problemas económicos e sociais com que a Beira Interior se defrontava, mormente o seu evidente atraso em termos de alfabetização, da interioridade e do afastamento em relação aos principais centros político-culturais, e não obstante o facto de os distritos beirões serem referidos como os mais pobres de Portugal em termos de imprensa periódica, certo é que nela foram postas a circular, até 1930, mais de três centenas e meia de publicações periódicas e muitas das personalidades que lhes deram existência chegaram a desempenhar cargos políticos a nível nacional. Membros de elites locais, usaram os jornais como recurso de auto-informação, mas, especialmente, como meios de denúncia e de influência política, veiculando perspectivas relacionadas com as ideologias que perfilhavam, tentando confinar os destinatários à partilha dos seus mitos, nomeadamente, a fim de ascenderem ao poder.

Este artigo pretende destacar alguns dos que localmente lideraram a imprensa periódica e, através dela, souberam agregar camadas mais vastas da população aos ideais que apregoavam, revelando-se essenciais ao progresso espiritual e material da sua Região. Privilegiámos como fontes documentais os próprios jornais, que nos permitiram a identificação prévia das personalidades relacionadas, complementada, depois, com dados obtidos em biografias, monografias e historiografias, além de informações cedidas directamente por descendentes, no decorrer de entrevistas não-estruturadas. Quem foram os protagonistas do periodismo beirão de finais do século XIX e primeiras décadas do seguinte é a questão central do nosso texto, a cuja resposta dedicamos os três primeiros subtítulos, abordando ainda as estruturas e os que espaços em que organizavam e intervinham no ponto que antecede a conclusão.

2. PADRES E DOUTORES

Antes de uma identificação mais minuciosa dos membros das elites beirãs ligadas à imprensa periódica local, pudemos retirar de *A Renovação*, um jornal republicano fundanense do tempo em causa, uma caracterização geral dos que desempenhavam o papel de

emissores: «A 'Renovação' aí vai novamente correr mundo, inteiramente reformada e refundida, com um corpo redactorial perfeitamente novo, onde abundam doutores (5), não faltam padres (3), sobejam burocratas (4) e até se contam comerciantes (3), faltando apenas vadios, pois eram precisos também para haver de tudo, mas suas Ex. as não querem nada com gente de trabalho...»¹.

Com efeito, a caracterização anterior corresponde em parte ao perfil redactorial da imprensa da época, ainda que lhe falte a referência aos industriais e operários qualificados, além dos professores, entre outros com menor representatividade, como poderemos comprovar em seguida, mau grado de forma incompleta, já que não conseguimos esclarecer devidamente questões relacionadas com a acumulação de cargos, como os de director e redactor (todos os directores seriam simultaneamente redactores?), mormente, porque muitos textos eram assinados com pseudónimos². Entre os acima designados por padres, incluíam-se também e, obviamente, os bispos. Os doutores³ eram sobretudo advogados e alguns médicos. Os outros compreendiam os proprietários, mas englobamos também os comerciantes, industriais e alguns operários qualificados, funcionários públicos e professores, além dos militares⁴.

Os responsáveis do jornal *A Guarda*, sempre ligado à Igreja, não podiam deixar de ser naturalmente católicos, alguns deles membros do clero. Destes, destacaram-se o Padre Fernando Paes de Figueiredo, seu proprietário durante algum tempo e fundador em Orgens (Viseu) da Veritas, empresa editora católica cujo apogeu aconteceu na Guarda, e o bispo D. Manuel Vieira de Matos, que, tendo tomado posse da prelatura diocesana guardense em Junho de 1903, empreendeu uma acção política e religiosa que deixou marcas na cidade, mas não só.

¹ *Renovação* n.º 53 (n.º 1), Fundão, 17 de Dezembro de 1916.

² Também Maria Alexandre Lousada, no seu estudo sobre «Imprensa e Política: alguns dados sobre a imprensa periódica portuguesa durante as lutas liberais (1820-1834)», de um universo de 316 periódicos, apenas conseguiu identificar a ocupação/profissão dos redactores de 73 títulos, tendo concluído que, no conjunto, predominavam os clérigos e homens de leis: 38 clérigos, 21 homens de leis (académicos, magistrados e advogados), 8 funcionários e 6 médicos. Cf. *Finisterra*, n.º 47, vol. 24, Jan./Jun. 1989, pp. 88-104.

³ Em 1910, Gastão Correia Mendes identificava como tipo comum de parlamentar «o bacharel feliz e fútil (...) e ignorante dos assuntos que se ventilam». *Notícias da Beira*, n.º 295, Castelo Branco, 29 de Maio de 1910.

⁴ Os militares, mais graduados, que já tinham integrado elites políticas monárquicas, vêm a ocupar lugares no poder republicano. Nas primeiras eleições republicanas, quatro dos oito candidatos a deputados pelos dois círculos da Beira Baixa eram militares. Cf. *Notícias da Beira*, n.º 340, Castelo Branco, 7 de Maio de 1911.

Além de ter criado aquele periódico, D. Manuel Vieira de Matos⁵ fundou em Lisboa as Associações de Operários Católicos, a Obra da Catequese e o Corpo Nacional de Escutas. Organizou ainda a «União Católica» e foi promotor do «Centro Católico Português». Criou, em 1904, o Seminário de Nossa Senhora do Rosário – o Seminário do Mondego –, em Vila Cortez do Mondego, a fim de «resguardar os alunos seminaristas das 'influências malélicas' da cidade» (Romana In: Ferreira, 2000: 276). Depois de confiscados os bens deste durante o primeiro período do regime republicano, criou um outro seminário provisório denominado «Vaticano». A ele se deveu a Carta Pastoral datada de 24 de Dezembro de 1910 e divulgada em Fevereiro de 1911, contra a vontade dos novos governantes. Com efeito, constituía uma resposta da Igreja às novas leis da República. «Conspirador» para os republicanos e «mártir» para os católicos, conheceu os calabouços por três vezes antes do exílio, tendo-se refugiado em algumas ocasiões no Tortosendo e no Fundão.

A 25 de Dezembro de 1905, também à frente de *A Guarda*, surgiu o padre Manuel Mendes da Conceição Santos, que, tendo sido trazido de Lisboa pelo bispo D. Manuel Vieira de Matos, exerceu o cargo de vice-reitor do Seminário do Mondego e cumpriu funções de jornalista, pregador, escritor e administrador da Casa Veritas, acabando a carreira eclesiástica como arcebispo de Évora. Destacamos, por último, o Padre José do Patrocínio Dias, que, depois de aluno do Seminário da Guarda, parouquiu a freguesia de S. Vicente (Guarda), e ensinou no Seminário do Mondego. Elevado a cônego da Sé, desempenhou o cargo de capelão-mor do Corpo Expedicionário Português na I Grande Guerra. Eleito bispo de Beja, manteve-se como colunista do jornal *A Guarda*, director, proprietário e editor do mensário de propaganda dos Seminários *A Voz da Fé* e colaborador do *Boletim da Diocese da Guarda*.

Outras figuras ligadas ao periódico *A Guarda* como redactores principais, José Crespo e Joaquim Dinis, integravam o Centro Católico

⁵ D. Manuel Vieira de Matos (Poaires da Régua, 22/03/1861 – Braga, 28/09/1932) estudou no colégio de Lamego, de onde transitou para o Seminário de Braga, cujo curso concluiu em 1882. Ordenado presbítero em 1883, matriculou-se dois anos depois na Faculdade de Teologia de Coimbra. Em 1899, foi preconizado Arcebispo de Mitilene e Vigário Geral do Patriarcado, tendo sido sagrado em Viseu a 15 de Agosto de 1900. Foi eleito bispo da diocese da Guarda a 1 de Abril de 1903, que pastoreou durante onze anos. «Em 1914 foi eleito arcebispo de Braga, onde levou a cabo obra não menos valiosa». Cf. Pinharanda Gomes, *História da Diocese da Guarda*, Braga, Edição do autor, 1981, pp. 172-173.

local. O primeiro estudou até 1910 nos seminários diocesanos, de onde saiu por falta de vocação para o sacerdócio, tendo-se mantido católico militante. Escreveu para *A Guarda* com vários pseudónimos, entre eles, o de Prego Caibral, e colaborou ainda noutros semanários: *Correio da Serra* (Celorico da Beira), de que foi co-fundador e director, e *Correio da Beira* (Guarda).

Também Joaquim Dinis da Fonseca frequentou o curso dos seminários, que concluiu em 1907, tendo depois pedido a correspondência liceal que lhe permitiu ingressar na Faculdade de Direito de Coimbra. Já licenciado, realizou uma notável obra de assistência às classes pobres nas regiões onde exerceu a advocacia - Porto, Figueira da Foz e Guarda - e colaborou com Salazar, depois de já ter sido deputado pelo Centro Católico da Guarda. Além do protagonismo que assumiu em *A Guarda*, colaborou no jornal portuense *A Palavra*, onde assinava com o pseudónimo de «Banco de Pé», e ainda em *Liberdade*, *O Debate*, *Imparcial* (Coimbra) e *Novidades*. Além destes, outros colaboradores de jornais católicos e candidatos ao poder com o apoio dos mesmos partilhavam a formação em Direito - João José Fonseca Garcia, «católico modelar, advogado distinto, membro prestigioso da Comissão Central do Centro, e parlamentar experimentado [já tinha sido senador]», «jornalista notável, orador primoroso, católico de uma só face», foi em 1925 proposto como candidato a deputado pelo círculo da Covilhã⁶.

Não admira que muitos clérigos e católicos em geral se implicassem tanto na doutrinação e combate políticos. O período era de transição política, de mudanças na ordem e na moral sociais. Ainda antes da implantação da República, do lado oposto, a maioria dos intelectuais e alguns responsáveis governativos exigiam a secularização política e a descristianização social. Esta militância laica, que radicava nas transformações culturais introduzidas com o liberalismo, o positivismo e o livre-pensamento, engrossou à medida que agonizavam as instituições monárquicas, grandes aliadas das eclesiásticas, tendo vindo a obter a implementação de importantes medidas por parte do novo regime. Os locutores da Igreja usavam os mesmos meios que os seus adversários e chegavam, até, a partilhar ideais - «religião cristã e maçonaria advogam um ideal comum: fraternizar o mundo. Disputam espaços idênticos e, também por isso, as acusações mútuas radicalizavam-se. Era necessário delimitar fronteiras que a imprensa

⁶ A Guarda, n.º 964, Guarda, 31 de Outubro de 1925.

divulgava, gerando grupos de pressão que actuavam na res publica.» (Garcia In: Ferreira, 2000: 245)⁷.

A Maçonaria exercia, efectivamente, uma forte influência na sociedade portuguesa, nomeadamente, através da imprensa⁸. O mais célebre dos maçons da Beira foi, sem dúvida alguma, Afonso Costa, que, tendo nascido em Seia no ano de 1871, se formou em Direito na Universidade de Coimbra. O seu amigo pessoal na Covilhã, João Alves da Silva, comerciante de tecidos oriundo de Seia, republicano firme, foi também membro da maçonaria (n.º 5 da loja local) a partir de 15 de Maio de 1909, com o nome de «Rabino», tendo-lhe sido atribuídos o Grau de Mestre Maçónico e o Grau 9 (Mestre Eleito dos Nove), em 1911, em atenção aos seus méritos e serviços⁹. Um outro maçom beirão, José de Castro, natural de Valhelhas, exerceu a advocacia na Guarda e destacou-se como redactor principal do periódico *Distrito da Guarda*, desde a sua fundação até 1878, quando partiu para Lisboa, onde advogou e militou no Partido Republicano. Aí alcançou o grau de Grão-Mestre e fundou o jornal *O Povo Português*. Através da Maçonaria, continuou a «influenciar o ideal republicano na Guarda e o jornal a que esteve ligado [*Distrito da Guarda*] e que se publicou até

⁷ Ainda que a «fraternidade» constituísse um ideal comum, a Igreja representava o principal obstáculo à libertação do espírito de todos os dogmas que não possam ser provados nem discutidos e a prática de princípios demonstrados pela ciência, em substituição das crenças que não têm bases. Estas ideias são diametralmente opostas às normas da Igreja Católica que, julgando-se a única na posse da verdade, impõe o seu dogmatismo, exigindo uma obediência cega, e não admite tolerância em matéria religiosa.». Porém, a Maçonaria integrou «não só protestantes e católicos genericamente, mas bispos, frades, padres e leigos», «que não se submetiam incondicionalmente às ordens de Roma...», nomeadamente, «o abade Correia da Serra, o abade Monteiro e o abade José Ferrão de Mendonça e Sousa, prior da paróquia dos Anjos». Cf. Manuel Borges Grainha, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, 4.ª ed., Lisboa, Vega, s. d., p. 22, 76 sgg..

⁸ «Intervir, através da imprensa, formando a opinião pública» foi uma das conclusões oficiais do congresso nacional da maçonaria que aconteceu em Lisboa, no ano de 1913 (Id., *Ibid.*, p. 18). Em 1927, o Conselho da Ordem propôs um programa de trabalhos, de que constava a «Criação, auxílio ou propaganda da Imprensa republicana e liberal. Combate por todos os meios de publicidade possíveis ao Jesuitismo, patrono de toda a reacção política e religiosa. Em toda a publicidade no mundo profano deverão ser cumpridas as leis vigentes, evitando-se a Imprensa clandestina. Atacar na Imprensa, e por todos os meios de divulgação, a questão do ensino religioso, mostrar os graves inconvenientes da sua realização: pedagógicos, psicológicos, filosóficos e políticos...». António Carlos Carvalho, *Para a História da Maçonaria em Portugal (1913-1935)*, 2.ª ed., Lisboa, Vega, 1993, p. 104.

⁹ Vimos pela mão de seu filho, Afonso Cruz e Silva, que entrevistámos, os respectivos diplomas.

1938, extinto sob pressão do Estado Novo» (A. V. Rodrigues In: Ferreira, 2000: 310).

Também José Augusto de Castro, arauto do já citado *O Combate*, que trabalhou como Chefe da Secretaria da Câmara Municipal da Guarda, defendeu os ideais maçónicos¹⁰. Ainda Gastão Correia Mendes, advogado, membro fundador da *Renascença Portuguesa* (Santos, 1990: 83), director do *Notícias da Beira*, terá sido maçom, a julgar pela sua ligação a Manuel Borges Grainha¹¹.

Como se notou atrás, entre os doutores, verificava-se a notória representatividade dos advogados. Em Castelo Branco, o periódico *Era Nova* apresentou como director um «ilustre» advogado e antigo combatente da Grande Guerra, Dr. António Crucho Dias, que aderiu à «Liga 28 de Maio», para a qual se aceitavam inscrições através do mesmo. Na mesma cidade, o *Notícias da Beira* ostentava como director, proprietário e editor um advogado e professor liceal, o Dr. Gastão Correia Mendes, que desempenhou os cargos de governador civil do distrito de Castelo Branco de Fevereiro de 1913 a 21 de Março de 1914 e deputado pelo círculo de Castelo Branco a partir de Junho de 1915. Ligado a um outro jornal albicastrense - *Acção Regional*¹² - esteve Manuel Pires Bento, igualmente jurista, além de professor, que,

¹⁰ José Augusto de Castro foi acusado várias vezes de ser maçónico, nunca o tendo assumido. Porém defendeu inúmeras vezes a Maçonaria, nomeadamente quando a Guarda a responsabilizou pelos tumultos em Angola de que resultou a morte do tenente Morais Sarmiento, e mantinha relações com o Grão-Mestre Magalhães Lima, a quem dedicou um texto sentido por ocasião da sua morte.

¹¹ Manuel Borges Grainha nasceu na Covilhã, onde foi educado num colégio de Jesuítas. Não chegou a tirar as ordens, tendo-se secularizado para poder frequentar o Curso Superior de Letras. Foi professor em liceus e escolas particulares, nomeadamente, no Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Fervoroso defensor das ideias republicanas, tomou-se maçom. Além da História da Maçonaria em Portugal, escreveu duas obras em que criticou severamente a acção dos Jesuítas, *Os Jesuítas e as Congregações Religiosas em Portugal nos últimos 30 Anos* (1891) e *O Portugal Jesuíta* (1893), e traduziu e prefaciou a História do Colégio de Campolide da Companhia de Jesus em Lisboa (1913) e o Catálogo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus no começo do ano de 1910. Aquando da deslocação a Castelo Branco de Manuel Borges Grainha, então secretário da Liga Nacional de Instrução, além de professor do Liceu Passos Manuel, em Lisboa, Gastão Correia Mendes foi recebê-lo à estação. Cf. *Notícias da Beira*, n.º 299, Castelo Branco, 26 de Junho de 1910.

¹² Este era o órgão de uma agremiação intitulada com o mesmo nome - *Acção Regional* -, fundada em 1922 e que tinha em vista «fazer a propaganda da região e a defesa dos seus interesses morais e materiais (...), 'pela terra, sem política'». Manuel Pires Bento, *A Questão Municipal*, Castelo Branco, OTTOSGRAFICA, 1928.

na qualidade de director do periódico, editava semanalmente um artigo¹³.

Além dos que já referimos, do jornal *A Gardunha* citamos o redactor em chefe Armando da Silva, que, enquanto concluiu «os seus actos na Faculdade de Direito», assinava a rubrica «Da Capital». Da cidade da Guarda, não podemos deixar de mencionar Augusto Gil, igualmente formado em Direito pela Universidade de Coimbra, que, não tendo conseguido viver da advocacia, procurou leccionar Português no liceu. A ele se deveu a fundação do semanário republicano local *A Actualidade*. Também de Seia, Avelino Cunhal¹⁴, contemporâneo de Afonso Costa, exerceu advocacia, ensinou e deixou obra artística, além de desempenhar o cargo de governador civil da Guarda (1922) e colaborar no jornal que aí se publicou a partir de 1919 - *Voz da Serra* - e na imprensa progressista nacional, em *Sol Nascente*, *Seara Nova*, *Vértice*, *Ver e Creer* e *O Diabo*.

Há ainda a salientar José Capelo Franco Frazão, nascido no Fundão a 11 de Janeiro de 1872, que, após a formatura em Direito na Universidade de Coimbra, obteve o diploma de aluno laureado na Escola Livre de Ciências Políticas, em Paris. De regresso a Portugal, iniciou a sua carreira profissional e política. Em 1900, recebeu o título de Conde de Penha Garcia e, em 1905, assumiu a pasta de Ministro da Fazenda. O seu empenho nas terras de origem mereceu-lhe o título de primeiro presidente da Assembleia Geral da Casa das Beiras. Com efeito, além de político muito influente na Beira Baixa, continuava como grande lavrador na região do Fundão, especialista em questões de fomento rural. Outra personalidade nascida no Fundão, a 21 de Dezembro de 1863, Alfredo Carneiro da Cunha, após cursar Direito na mesma Universidade, partiu para Lisboa para exercer a advocacia, tendo acabado por enveredar pelo jornalismo¹⁵.

A preferência pela ciência jurídica por parte das elites locais devia-se ao facto de na Universidade ter sido privilegiada até então a formação humanística sobre a técnico-científica, pelos governos,

¹³ Foi sobretudo com a matéria desses artigos que Manuel Pires Bento escreveu o livro referenciado na nota anterior.

¹⁴ Pai de Álvaro Cunhal.

¹⁵ Foi director do Diário de Notícias de 1894 a 30 de Junho de 1919. Foi também director da Sociedade de Geografia de Lisboa; presidente da Direcção de Arqueólogos Portugueses; sócio (efectivo) da Academia de Ciências de Lisboa e da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto; Comendador da Ordem de Santiago (1903); Oficial da Legião de Honra (1905). Publicou um conjunto significativo de obras, nomeadamente, de História Local e de Jornalismo. Joaquim Veríssimo Serrão, op. cit., p. 115.

sobretudo até 1910, e pelos estudantes, que a consideravam como a «'verdadeira instrução social'», e de serem diversificadas as saídas profissionais para os bacharéis formados em Direito, relativamente aos das outras Faculdades. «Para além da advocacia, registos notariais, magistratura e conservatórias do registo civil, a Faculdade de Direito era, no dizer de Oliveira Marques, uma 'autêntica escola de futuros administradores e governantes, a "Faculdade" por excelência, onde todo o aristocrata e todo o burguês mediano gostaria de mandar os seus filhos'» (Oliveira Marques, 2000: 50).

Destacavam-se ainda entre os doutores, embora com representatividade significativamente menor, os médicos, até porque havia muito poucos formados nesta área comparativamente com a jurídica - enquanto, de 1880 a 1926, os alunos de Direito representavam, em média, 51,7% da população anual da Universidade de Coimbra¹⁶, os de Medicina, em segundo lugar, correspondiam apenas a 17% (Prata, 2002)¹⁷. Especialmente na Guarda, dadas as condições que proporcionava no tratamento da tísica ou tuberculose, que até meados do século XX se baseava no repouso, na alimentação cuidada e no ar de montanha, e que levaram à fundação do Sanatório Sousa Martins¹⁸, houve alguns médicos que, além de exercerem a sua profissão, colaboraram em jornais¹⁹. Destes, salientamos o Dr. Amândio

¹⁶ A importância que a Universidade de Coimbra tinha na época acrescia para os beirões não só pela proximidade geográfica com aquela cidade, mas também pela sociocultural, isto é, nos modos de ser e de estar das respectivas populações, mais próximos do que em relação a Lisboa e Porto, onde as Universidades só foram fundadas em 1911. Refira-se, a propósito, que a Guarda figurou entre os seis distritos mais representativos em termos de proveniência geográfica dos alunos desta Universidade. Aliás, terá sido aquele que em que se verificou um crescimento mais significativo: de quinto em 1880-81 (6,6%) passou para segundo em 1925-26 (11,8%), atrás do de Coimbra (15,3%). Também o distrito de Castelo Branco registou uma evolução positiva, embora menos relevante, atingindo o sexto lugar em 1925-26 (5,7%) (Prata, 2002).

¹⁷ Não obstante a predominância dos advogados como redactores e/ou responsáveis dos jornais, «só no Governo Provisório havia dois médicos e para a Assembleia Constituinte foram eleitos 44 médicos e um estudante de Medicina. Costumava então dizer-se que, se a monarquia fora o império dos bacharéis em Direito, a República representava o advento do império dos médicos.». «A Cultura Republicana», José Mattoso (dir.), História de Portugal, vol. 6: A Segunda Fundação, p. 415.

¹⁸ De que foi principal fundador o Dr. Lopo de Carvalho, médico municipal e professor de liceu na Guarda. Formado na Universidade de Coimbra, além de ter dirigido o Sanatório, organizou a Assistência Nacional aos Tuberculosos, em colaboração com o Dr. António de Lencastre e sob o patrocínio da Rainha D. Amélia. Além da prática na Guarda, estagiou num sanatório da Suíça, participou em vários congressos médicos em Portugal, Paris e Roma e escreveu vários trabalhos sobre a Tuberculose.

¹⁹ O mesmo aconteceu noutros lugares, nomeadamente na Covilhã. A título de exemplo, refira-se o Dr. Luís Victor Tavares Batista, que

Paul, guardense formado em Coimbra que cumpriu funções de médico municipal, subdelegado e delegado de Saúde, subdirector e director do Sanatório, provedor da Misericórdia, além de ter pertencido a várias associações culturais e científicas. Por tais serviços, mereceu a distinção de Cavaleiro da Ordem de S. Tiago de Espada.

Dotados de uma consciência cultural particularmente vasta e abrangente, até porque as novidades literárias chegavam bastante mais depressa do que antes, encarando a sociedade e a política de um modo diferente, os doutores sentir-se-iam também imbuídos de um certo espírito de missão e, daí, o empenho na vida pública, nomeadamente, através da imprensa.

3. OPERÁRIOS, INDUSTRIAIS E OUTROS

Mas a formação superior não urgia para ser líder, para integrar as elites intelectuo-políticas. O ensino liceal e dos seminários, além do técnico, que também era privilégio de poucos, já dotava os potenciais líderes das competências pertinentes a um *status* social mais elevado, distintivo em relação às maiorias. Tal aconteceu com alguns operários covilhanenses que frequentaram a Escola Industrial Campos Melo, como José Caetano Júnior, António Quintela e José Ramalho, que foram directores do jornal operário covilhanense *O Trabalho*.

José Caetano Júnior tirou o curso de debuxador na Escola Industrial Campos Melo da Covilhã, e mereceu o prémio de melhor aluno, que rejeitou por não se considerar como tal. Por ter sido militante activo de organizações operárias locais, passou pela prisão algumas vezes durante a vigência do Estado Novo²⁰. António Augusto Quintela frequentava a Escola Campos Melo da Covilhã no ano lectivo 1884/1885, com 22 anos de idade, em regime nocturno; natural da Covilhã e residente na mesma cidade, na freguesia de Santa Maria, já era nessa altura tecelão. José Ramalho terá iniciado os seus estudos na mesma Escola no ano lectivo 1905/1906, com apenas quinze anos

colaborou em diversos jornais, nomeadamente, no Notícias da Covilhã, e fundou o semanário A Grei. Nascido na Covilhã a 15 de Agosto de 1889, fez os seus primeiros estudos no Colégio de S. Fiel e frequentou a Universidade de Coimbra onde concluiu o curso de medicina em 1915. Álvaro Morgadinho, Cidade da Covilhã: Homens e Factos, Covilhã: Edição da Câmara Municipal da Covilhã, s.d., p. 85.

²⁰ Informações obtidas em entrevistas por nós realizadas a familiares de José Caetano Júnior.

de idade, como aluno voluntário, até porque já trabalhava como tipógrafo²¹; era também natural e residente da Covilhã, freguesia da Conceição (Delgado, 1984).

Outros operários formados na Escola Industrial Campos Melo da Covilhã dirigiram jornais covilhanenses, nomeadamente João de Figueiredo, um debuxador nascido naquela cidade a 28 de Dezembro de 1898. Fundador e redactor do *Notícias da Covilhã*, escreveu o «Hino do Orfeão da Covilhã» e a «Marcha da Covilhã», entre muitos outros poemas. Fez parte da comissão organizadora do Sindicato Nacional dos Empregados e Técnicos de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco, com sede na Covilhã, e presidiu à Junta de Freguesia de S. Martinho, da mesma cidade. Um historiador local retratou-o como «paladino dos direitos dos operários da Covilhã», «um lutador de rija têmpera, sempre pronto a defender a causa religiosa» (Morgadinho, s.d.: 43-45). Mestres desta Escola Industrial Campos Melo, como J. Lopes Duarte, professor de Desenho, além dos de outras instituições educativas, nomeadamente Carlos de Amorim, director do Colégio Académico da Covilhã, respectivamente, director e editor do quinzenário *Questão Nacional*, estiveram também ligados à imprensa local.

Inúmeros industriais integravam igualmente as elites políticas covilhanenses, como José Craveiro Júnior, director do *Liberal*, Francisco Fino, administrador da *Justiça*, e José A. Martins, administrador da *Questão Nacional*. Aliás, através do registo dos donativos angariados na Covilhã pelo filho de João Alves da Silva, Afonso da Cruz e Silva, a favor da recuperação das instalações do jornal *República* (Lisboa), pudemos constatar uma significativa militância republicana por parte de outros industriais covilhanenses, em pleno Estado Novo, nomeadamente de José Maria Pereira Barata, João Borges Terenas e João Ferreira Bicho²².

Alguns redactores quase não possuíam habilitações académicas, como o comprova José Augusto de Castro, de *O Combate*, que, não tendo sequer concluído a instrução primária, assumiu um protagonismo, sobretudo como jornalista e escritor, que

²¹Tendo nascido muito pobre, os seus pais matricularam-no no Asilo da Infância Desvalida, onde fez a instrução primária. Integrou a comissão fundadora do Centro Socialista na Covilhã. Combateu de forma convicta o clero e acreditou que «as novas doutrinas vinham redimir e emancipar os seus irmãos no trabalho». No fim da vida, desamparado e atraído por muitos dos seus amigos, parece que se «voltou para Deus, pedindo perdão pelos seus pecados».

²² Documento por nós consultado, por concessão do Sr. Afonso Cruz e Silva., filho de João Alves da Silva.

extravasou o espaço local; em 1911, aceitou com alguma relutância o cargo de secretário da Câmara Municipal da Guarda, que desempenhou durante cerca de vinte anos, tendo sido para tal obrigado a fazer o exame de 2.º grau, com cinquenta anos de idade. «'A nomeação foi ilegal, porque a José Augusto de Castro falta o exame de instrução primária, que hoje é exigido ao menos graduado funcionário público, mas foi justíssima porque a obra de José Augusto de Castro, em prosa e verso, é diploma de valor bem mais alto do que as cartas de muitos bacharéis (...) Dedicado até ao fanatismo, como dissemos, a sua acção foi importante e valiosa como doutrinária e representou uma das melhores forças de Província. Entendemos, portanto, que a República, embora tivesse de publicar uma lei de excepção, não podia, honestamente deixar de galardoar um dos seus mais dedicados apóstolos.'»²³.

O primeiro despertar desta personalidade para a política aconteceu não em Coimbra, mas no Porto, onde, com apenas catorze anos de idade, trabalhou como aprendiz de alfaiate, a fim de ajudar ao sustento da família. Nesta cidade, contactou pela primeira vez com a causa da República e reteve o nome *O Combate*, já que aí se editava nessa altura (1879) um jornal republicano radical com esse título. Enquanto emigrante no Brasil, assistiu à proclamação da República Federativa e iniciou-se como escritor, editando, primeiro, panfletos e, depois, as obras *Poesias* e *Impressionistas*. Regressado a Portugal, dedica-se ao comércio, num estabelecimento próprio, situado na Rua do Comércio - a Loja do Povo -, actividade que abandonará para assumir, como notámos acima, o cargo de secretário da Câmara Municipal da Guarda (A. Rodrigues, 2003).

Caracterizado o Portugal de então como país de analfabetismo esmagador²⁴, os que não eram doutores, mas tinham alguma formação, possuíam igualmente uma capacidade intelectual que, aliada à consciência e ambição políticas, lhes possibilitava, como emissores dos jornais, serem protagonistas, políticos e doutrinadores,

²³ A Actualidade, Guarda, 21 de Novembro de 1911 Apud Américo Rodrigues, José Augusto de Castro: O Idealista Rebelde, Guarda: Aquilo Teatro, 2003, pp. 33-34.

²⁴ Em 1890 e 1900, havia 79% de analfabetos, em 1919 diminuíram para 75%, em 1920 para 71% e em 1930 representavam 68% da população total. Em 1911, a maior parte dos distritos portugueses tinham taxas de analfabetismo superiores a 80%, incluindo-se nestes os de Castelo Branco e Guarda. Cf. César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local* [Dos Finais da Idade Média à União Europeia], Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 253.

influenciadores, nos espaços beirões e, até mesmo, fora deles. Continuamos, pois, adiante a caracterização dos elementos que compunham esta elite de influentes, observando o respectivo estamento social.

4. SOBRETUDO BURGUESES

A maior parte dos doutores, assim como dos burocratas²⁵, comerciantes, professores, industriais e operários qualificados, eram burgueses. Em Portugal, «a burguesia, a quem já coubera um largo quinhão no governo e nos cargos administrativos a partir de Pombal, triunfou em 1820 e depois, permanentemente, em 1834 (...) Aliados a uma pequena aristocracia, os burgueses dominaram permanentemente a governação desde a década de 1870» (Marques, 2000: 42-43).

Até mesmo as elites monárquico-católicas, além, obviamente, de padres e titulares, integravam também membros da burguesia. Esta estava então espartilhada em duas grandes facções: de um lado, os pertencentes a uma classe de burgueses ricos ligados à banca, ao grande comércio e à propriedade fundiária e com relações à antiga nobreza terratenente e à Igreja, que, detendo poder político e económico, viam naturalmente na Monarquia a salvaguarda dos seus privilégios e lucros; do outro lado, os grandes inimigos dos anteriores, pequenos e médios burgueses que se ocupavam no comércio, na indústria e na exploração de pequenas e médias propriedades rurais, além de profissionais liberais, o médio e pequeno funcionalismo público, as médias e baixas patentes do exército e da marinha e a maioria dos estudantes universitários, desejavam afirmar-se política e socialmente derrubando os poderes instituídos.

As inúmeras listas a eleições que encontrámos na imprensa local constituem documentos comprovativos do protagonismo da burguesia ascendente, além de dados relativos à origem social dos alunos da Universidade de Coimbra, nos permitirem igualmente concluir

²⁵ Nomeadamente, funcionários das Câmaras Municipais, como José Augusto de Castro, director de *O Combate*, dos Tribunais, como António de Pina Calado, do *Correspondência da Covilhã*, e da Fazenda, como Júlio Augusto Ribeiro da Silva, guardense que, além de ter sido Inspector do Ministério da Fazenda, militou no Partido Republicano Português, dirigiu o jornal republicano *A Montanha* e foi Senador e Deputado pela Guarda (Pereira, *op. cit.*).

da predominância burguesa no perfil das elites de então²⁶. Com efeito, entre os beirões formados em Coimbra, figuraram filhos de burgueses, nomeadamente Afonso Costa, filho de um advogado que ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal de Seia; Gastão Correia Mendes, o citado editorialista e director do *Notícias da Beira*, era filho de um militar; José Capelo Franco Frazão, também nomeado acima, era filho de João António Franco Frazão, que foi governador civil do distrito de Castelo Branco, presidente da Junta Geral do distrito e da Câmara Municipal do Fundão, deputado e par do Reino. Poucos descendiam de gente mais humilde, como o Dr. Avelino Henriques da Costa Cunhal²⁷, seneense, filho de um sapateiro, o que comprova que a pertença a elites intelectuo-políticas se devia a influências familiares, que advinham do facto de integrarem classes privilegiadas, sobretudo a burguesa, e do poder económico que detinham. Assim se explica que o exercício do poder político constituísse uma espécie de herdamento no seio de algumas famílias beirãs, como o comprovam certas «*genealogias parlamentares beirãs*» (Pereira, 2002: 128).

A militância maçónica também era sobretudo burguesa, como referiu Manuel Borges Grainha a propósito da distinção entre esta e a Carbonária: «O Carbonarismo é uma sociedade secreta essencialmente política, organizada de modo a poder admitir elementos de todas as classes sociais, desde as mais elevadas até às mais ínfimas (...) Ela difere da Maçonaria, tolerante em política e religião e cujo carácter é mais burguês.» (s.d.: 49 e 135)²⁸.

²⁶ No século XVII, a maioria dos alunos que a frequentavam eram «'... filhos segundos e terceiros da nobreza do Reino (...) [ou] filhos dos homens honrados e ricos (...) ou religiosos escolhidos nas suas províncias [que tanto podiam ser filhos da nobreza como do povo miúdo]...» (F. R. Lobo, 1945: 320; Prata, 2002: 97).

²⁷ Pai de Álvaro Cunhal.

²⁸ Por ter resultado de uma «adulteração» da Maçonaria, Manuel Borges Grainha denominou a Carbonária de Maçonaria «Florestal», existindo a par da Maçonaria «filosófica e burguesa». Em 1925, o relatório do Conselho da Ordem referia que «'A Maçonaria tem no seu seio o escol da sociedade portuguesa. Estão nela filiados ministros de Estado, senadores, deputados, vereadores, diplomatas, lentes, professores, oficiais do Exército e da Armada, desde as mais altas patentes, médicos, juristas, banqueiros, homens de letras, jornalistas, comerciantes, industriais, colonialistas, etc.'». Cf. António Carlos Carvalho, *op. cit.*, p. 100. Através de Afonso Cruz e Silva, filho de João Alves da Silva, republicano-maçom covilhanense, soubemos que à «Loja Serra de Estrela» pertenciam desde advogados, como o Dr. Alberto Alçada, comerciantes, como António Pereira Barata e José de Campos Ferreira Dourado (farmacêutico), professores, como Farias Bichinho e António Santos, e alguns, poucos, artesãos, como António Santos Júlio (sapateiro?) e António Duarte Proença Saraiva (marceneiro).

Em algumas monografias de terras beirãs, encontrámos inúmeras referências ao protagonismo que a burguesia local tinha na época. Por exemplo, na Covilhã, «a politização da população abrangeu vários grupos sociais e classes. Os líderes eram sobretudo provenientes da classe burguesa. A classe operária tinha os seus dirigentes actuando ao nível sindical. Homens inteligentes e modernos, mantinham contacto assíduo com os sindicalistas de Lisboa, de Espanha e da França. Mas a classe que sabia o que queria, neste período histórico [antes e durante a 1.^a República], era a burguesia.» (Milhano, 1992: 45).

O activismo político-social da burguesia remontava aos finais de Oitocentos e, daí, que a ela se deva o arranque da imprensa local: a responsabilidade da edição do periódico *Eco Operário* foi assumida pelo advogado Francisco Pina (1869); *O Covilhanense* pertenceu ao negociante José Maria Cândido (1871), ao proprietário António Franco (1886) e ao empregado de escritório Joaquim Maximiliano Rato (1888 - deste último dependeu também *A Covilhã* (1891)); o *Correio da Covilhã* fazia parte do património do industrial João Lopes Rainha (1889); a publicação do *Entusiasta* deveu-se a Manuel Rodrigues da Costa (1886), empregado do correio que viria mais tarde a dirigir o *Correio da Covilhã* (1888) e, já como tipógrafo, *A Religião e o Operário* (1893), que também beneficiou da colaboração do proprietário José Fernando Garcia, e *O Rebate* (1897)²⁹.

Eram certamente os burgueses que mais posses tinham para se deslocarem com alguma frequência à capital, e até mesmo ao estrangeiro, nomeadamente, no âmbito das suas actividades políticas e profissionais. As viagens a Espanha, apesar da proximidade e das ligações ferroviárias³⁰, seriam igualmente privilégio de poucos, a julgar pelo relevo que mereciam na imprensa guardense: «Saíram quarta-feira última para Salamanca, em viagem de recreio, devendo regressar hoje a esta cidade os nossos amigos os Srs. Germano de Oliveira...»³¹. De

²⁹ *Processos de Habilitação Legal*, Arquivo Municipal da Covilhã, Documentos 1179 a 1192.

³⁰ A 7 de Fevereiro de 1877, foi ratificado o regulamento que facilitava as comunicações ferroviárias entre Portugal e Espanha, Convenção de 27 de Abril de 1866. Tratado de 29 de Setembro de 1866. Decreto de 28 de Novembro de 1866, declarando-se internacional e aberta ao trânsito a parte compreendida entre as estações de Elvas e Badajoz, por onde se podia exportar e importar todos os tipos de mercadorias, de dia ou de noite, incluindo aos domingos e feriados. O caminho-de-ferro da Beira Alta foi uma importante via de comunicação, já que era na estação de Vilar Formoso que entrava a maior parte das mercadorias importadas de Espanha.

³¹ *A Civilização*, n.º 527, Guarda, 5 de Setembro de 1891.

qualquer modo, os que moravam em zonas de fronteira aí se deslocavam a pé, quanto mais não fosse para se dedicarem ao contrabando de mercadorias³². Durante a 1.^a República, ganha destaque a saída de alguns burgueses, sobretudo republicanos, para instâncias balneares, particularmente de Espinho e Figueira da Foz e centros termais como os de Monfortinho, Pedras Salgadas, Gerês e Curia, onde se cruzariam igualmente com personalidades politicamente esclarecidas e/ou activas, nacionais e estrangeiras³³.

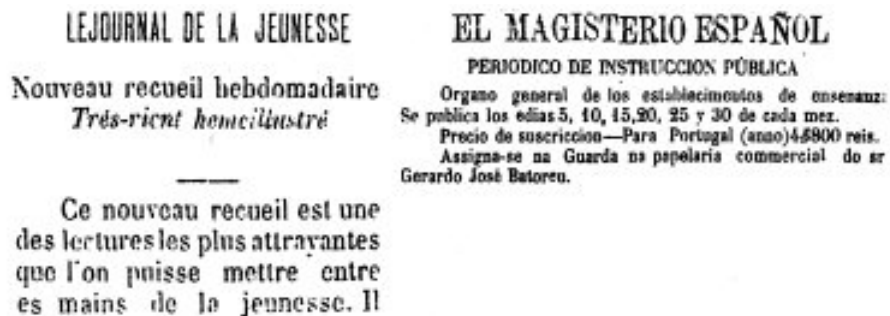


Figura 1. Exemplos de imprensa Estrangeira

Além de jornais de outros pontos do país, designadamente de Lisboa, chegava também a terras beirãs alguma imprensa espanhola e francesa, veículo decerto fundamental para as elites burguesas se manterem a par do que por lá acontecia. «O correio, nesta época, ainda demorava bastante pelo caminho, mas era já uma forma muito importante de comunicação, incluindo entre espanhóis e portugueses, e determinante para a própria imprensa de ambas as cidades [Guarda e Ciudad Rodrigo], especialmente para a importação e exportação de jornais e o recebimento das matérias enviadas por correspondentes.»³⁴.

³² Eram frequentes na imprensa guardense os artigos sobre conflitos e detenções nas fronteiras, de portugueses e espanhóis, devido à prática do contrabando.

³³ A Praia de Espinho, por exemplo, seria desde o século anterior um destino privilegiado da burguesia espanhola, a julgar pelos anúncios que a imprensa daquele país divulgava ao longo de toda a época balnear. Cf. *La Voz de la Frontera*, n.º 123, Ciudad Rodrigo, 17 de Julio de 1887 e Regina Gouveia, «Vizinhos, Vecinos...», in Donizete Rodrigues (org.), *Diálogos Raianos – Ensaios sobre a Beira Interior*, org. Donizete Rodrigues, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p.63.

³⁴ Assim como *A Civilização* (Guarda) recebia a «Correspondência Parisiense», o *La Voz de la Frontera* (Ciudad Rodrigo), por exemplo, incluía a rubrica «Ecos de Paris». Além do mais, uns e outros recebiam jornais do lado de lá da fronteira espanhola. Regina Gouveia, *ibidem*, p.66.

A imprensa estrangeira era publicitada nos jornais beirões nos finais do século XIX, nomeadamente, no guardense *Correio da Beira*³⁵.

As elites burguesas contactavam, pois, directa e indirectamente, com outras gentes e novas ideias, que transmitiam aos seus conterrâneos através dos jornais e em conversas nos cafés, clubes, reuniões do partido e tertúlias, de que falaremos a seguir.

5. ESTRUTURAS E ESPAÇOS

O costume da reunião e da conversação já vinha do reinado de D. José I, tendo sido incrementado pelo Marquês de Pombal. Além dos clubes políticos, surgem na província, a partir do século XX, os ligados a actividades desportivas, especialmente ao futebol: em Castelo Branco, a Sociedade Sportiva Albicastrense; na Covilhã, o Grupo Sportivo Hermínios; na Guarda, o Grupo Sportivo Egitanense. Eram sobretudo os republicanos que promoviam a realização de competições e encontros regionais e nacionais e até mesmo entre equipas escolares locais.

As tertúlias tinham os seus espaços normalmente junto dos estabelecimentos comerciais, ou não fossem eles propriedade das mesmas elites. Na Covilhã, «a tertúlia republicana mais famosa reuniu junto da Farmácia Soares. A poucos metros de distância, com mesas à porta, conversava a do Guimarães Costa, outra, mais pequena, entrava na Farmácia Pedroso e ainda outra, onde pontificavam os Padres, compunha a tertúlia da Loja do José Augusto», próxima da Igreja de Santa Maria. «Depois do jantar, todos se entretinham (...) a discutir 'ideias' com empenho...» (Milhano, 1992: 44). Fazia também já parte da dinâmica cidadina a realização e/ou apresentação de espectáculos, nomeadamente nas salas de teatro e cinema, como o Teatro Covilhanense, o Salão Ginásio Club e o Hermínius Terrasse, e nas sedes de grupos de instrução e recreio, como o GIR (Grupo de Instrução e Recreio do Rodrigo). Nos últimos anos da monarquia, existia já na cidade um animatógrafo no Teatro Caleia, situado no Largo D. Maria Pia, de que era concessionário Francisco Pina (Veríssimo Serrão, 1990: 489). A criação de associações culturais e recreativas, que já tinha arrancado no início do século XIX, após a vitória do movimento

³⁵ *Correio da Beira*, n.º 33, Guarda, 26 de Outubro de 1881. Na Covilhã, lia-se, em 1914, o periódico *La Libre Pensée*, publicado em Lausanne, França. Cf. *A Justiça*, n.º 72, Covilhã, 30 de Agosto de 1914.

liberal, intensificou-se nos finais do mesmo e continuou durante as primeiras décadas do seguinte. Tal ter-se-á, também, devido em grande parte à influência e empenho das elites burguesas locais.

Na Guarda, as tertúlias eram realizadas no palacete de Telles de Vasconcelos (Regenerador) e nas casas de Bernardo Xavier Freire (Progressista), de Gama e Castro e do Padre Francisco dos Prazeres³⁶. Os burgueses «iam até ao Grémio do Comércio, à entrada da Rua Francisco de Passos, pôr em dia a leitura dos jornais» (Craveiro, 2000: 399) e reuniam-se no Centro Artístico Sande e Castro, onde hoje é o Grémio, no Clube Egitaniense, no Coliseu da Beira, na Rua Vasco da Gama, e no Orfeão Egitaniense. «As farmácias serviam também de ponto de encontro e conversa» (A. V. Rodrigues, In Ferreira, 2000: 311). Alguns cafés, como o Mondego, constituíam igualmente lugares de debate.

Havia ainda na Guarda inúmeros clubes e uma academia, cujos espectáculos decorriam no teatro dos Bombeiros Voluntários: «O sarau abriu com o hino académico, que foi ouvido de pé por todos os espectadores e calorosamente aplaudido, assim como o discurso que em seguida proferiu o Sr. Tavares, simpático presidente da academia egitaniense. O programa foi escrupulosamente cumprido e foi bisada a poesia Avante que o director do nosso semanário, Sr. Augusto de Castro, expressamente escreveu para esta festa.»³⁷. Os eventos culturais repetiam-se amiúde, neles aproveitando os chefes das elites para influenciarem o seu público. O facto de entre eles aparecerem os rostos dos jornais conferiria a estes maior autoridade e poder junto da opinião pública.

Em Castelo Branco, no século XIX, além de espaços culturais como o Teatro União, o Teatro da Sé e o Teatro de Castelo Branco³⁸, surgiram a Assembleia de Castelo Branco, que ficou conhecida pela realização de convívios culturais e recreativos que animaram a cidade, e o Grémio dos Artistas, de que ficaram «afamados os serões 'dançantes'»

³⁶ Francisco dos Prazeres, natural de Vila Nova de Ourém, sacerdote e professor na Guarda, foi director (1910-1913) e redactor do jornal *Distrito da Guarda*. Progressista, desempenhou ainda o cargo de presidente da Câmara Municipal da Guarda no ano de 1905. *Distrito da Guarda*, n.º 1401, Guarda, 5 de Fevereiro de 1905.

³⁷ *O Combate*, n.º 12, Guarda, 22 de Dezembro de 1904.

³⁸ O Teatro de Castelo Branco terá nascido das «cinzas do Teatro União», tendo sucedido ao Teatro da Sé, que também «morreu». Ernesto Pinto Lobo, *Castelo Branco Antiga (1800-1950)*, Castelo Branco, Edições JPL, 1995, p.115.

e outros poéticos e musicais»³⁹, de cuja dissolução, devida a desentendimentos entre os sócios, terá resultado a criação de duas associações: o Clube de Castelo Branco e o Centro Artístico Albicastrense (1908). No século XX, entraram em funcionamento na cidade animatógrafos como o Royal e o Salão Olímpia, que, depois de remodelado, deu origem ao Cine Teatro Vaz Preto (na Rua do mesmo nome), e formaram-se a União Operária e a Associação Recreativa, entre outras.

Os comerciantes serviam de intermediários na recolha de fundos, para escolas e necessitados. As suas lojas funcionavam como locais de reunião, secretas ou não, e nelas se encarregavam da venda de bilhetes para os espectáculos que nas cidades se realizavam. Era também nos estabelecimentos comerciais, e nas sedes das organizações, que se divulgavam listas eleitorais e se promoviam os candidatos: «Aos eleitores - Os locais onde se encontram as listas do candidato socialista José Maria de Campos Melo: Farmácia Soares; Ourivesaria Casimiro; Cooperativa operária; No estabelecimento de Rafael Isaac; Na Barbearia de Sant'Ovaia.»⁴⁰.

Os espaços e os tempos de partilha eram então certamente distintos nos meios mais rurais, já que a própria rotina diária dos operários em cidades como na Covilhã, ainda que submetidos a horários de trabalho demasiado longos, e dos comerciantes, funcionários, professores e outros cidadãos favoreceria mais a concessão de tempo à partilha, às reuniões, além do lazer, da leitura ou da audição de jornais, do que a prática agrícola, sem horas marcadas e pontos de encontro. Além dos hábitos serem diferentes, também os espaços públicos o eram: os mais importantes, o adro da igreja e o mercado ou a feira, proporcionavam momentos de convívio mais espaçados, normalmente semanais (Amaral, 1940).

6. CONCLUSÃO (ELITES POLÍTICAS, INTELLECTUAIS E ECONÓMICAS)

Os membros das elites beirãs a que se deve o arranque e desenvolvimento da imprensa no espaço beirão, como fundadores, directores e redactores ou colaboradores, assumiam-se como adeptos de determinado partido e/ou associação política, pois, praticamente,

³⁹ Cf. *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia de Castelo Branco*, Tipografia de Castro & Irmão, 1860, p.35.

⁴⁰ *O Dever*, n.º 2, Covilhã, 18 de Maio de 1919.

não existiam então órgãos isentos. Aliás, a ideologia perfilhada era quase sempre explicitamente referida nos próprios jornais.

Numa primeira aceção, podemos afirmar que ou eram a favor ou contra a República, perfilhando-se como republicanos ou monárquicos. Nestes últimos, incluía-se grande parte dos católicos. A maçonaria era a favor da República e da libertação religiosa, tendo integrado desde socialistas a liberais e anarquistas. Segundo António dos Santos Pereira, em finais do século XIX e inícios do seguinte, «além dos brancos progressistas, a política beirã era colorida pelos regeneradores hintzáceos [partidários de Hintze Ribeiro de que faziam parte as principais personalidades covilhanenses], pelos francáceos [partidários de João Franco]», com a «afirmação do Partido Progressista de Castelo Branco ao Fundão, com prolongamentos a Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova e a Belmonte, e uma quase absoluta dominação do Partido Regenerador junto ao Vale do Zêzere, na actual Beira Pinhal, em Vila de Rei, Sertã e Oleiros, com manifestações de maior divisão dos eleitorados em Covilhã e Vila Velha de Ródão» (Pereira, 2002: 49)⁴¹.

O partidarismo e o activismo das elites beirãs faziam-se notar na existência de inúmeras associações, clubes e centros, a partir de alguns dos quais se publicavam periódicos, até porque muitos tinham tipografia própria - a Veritas foi criada não só para a produção do jornal A Guarda, mas para um conjunto de órgãos católicos; o Liberal, órgão do Centro Republicano Liberal na Covilhã (Tortosendo), era impresso na «Tipografia Liberal Tortosendo». Mas as relações que mantinham com líderes partidários nacionais atestam igualmente a definição política dos que as integravam. Alguns desses líderes colaboravam na imprensa local - tal era o caso de O Combate, que tinha colaboradores ilustres como Magalhães Lima, França Borges, José de Arriaga, Angelina Vidal, Heliodoro Salgado e José de Castro; nele se encontravam ainda textos de Guerra Junqueiro e Alexandre Herculano. Havia, pois, uma interdependência Centros/Beira (periferias) em termos de matéria simbólica, uma vez que muitos beirões enviaram textos para jornais de âmbito nacional: Avelino Cunhal, que já referimos, subscreveu artigos nos progressistas Sol Nascente, Seara Nova, Vértice, Ver e Crer e O Diabo; Joaquim Dinis da Fonseca, do jornal A Guarda, que colaborou, como atrás dissemos, no jornal portuense A Palavra, em Liberdade, O

⁴¹ O autor refere serem os resultados das eleições municipais de 1904 elucidativas da distribuição geográfica que explicita.

Debate, Imparcial (Coimbra) e Novidades; José Augusto de Castro, director de O Combate, participou em O Despertar de Coimbra⁴².

Com um impacto mais amplo ou circunscrito ao ambiente local, certo é que dos jornais transparecia o modo muito activo de estar socialmente por parte dos seus responsáveis, uma consciência política que os diferenciava das massas, confirmando que os «membros da elite que se preparam para desempenhar um papel político activo, habitualmente se diferenciam, numa fase inicial, de seus contemporâneos mais passivos» (Lasswell, Lerner, 1967: 32). Como pudemos largamente comprovar nos textos, os nossos emissores interessavam-se pela vida nacional, da região e da cidade, e até mesmo pela de um parceiro ou vizinho. Deixavam marcas pessoais nos seus escritos, mas parecem-nos convictos e convincentes no que afirmavam. Procuravam influenciar em termos ideológicos e de acção, utilizando frequentemente e de forma repetida expressões e palavras especialmente performativas. Criavam e mantinham activas conflitualidades, resultantes de preferências políticas, ainda que transformassem em políticas as que podiam não o ser, mais ou menos pessoais ou abrangentes. Aos conteúdos que divulgavam estavam subjacentes ideologias, as suas perspectivas acerca do que era e do que deveria ser a realidade sociopolítica.

A imprensa constituía uma «espécie de correia ou cadeia partidária (...), quase sempre o necessário degrau na subida ao poder (...) Os parlamentares mais atentos fazem tudo para manter uma relação íntima com os jornais que os suportam nos círculos de origem.» (Pereira, 2002: 16). Mais do que intimidade, existia uma identificação emissor/jornal em termos ideológicos, ainda que alguns possam ter sido dissidentes ou indecisos, como o covilhanense José Ramalho, de O Raio. Tal ligação viria a confirmar-se no início da 1.ª República: «dos 229 deputados biografados no livro *As Constituintes de 1911* e os seus deputados (...), o que metade deles (49%) fez foi publicar, dirigir e escrever jornais republicanos. No entanto, nem todos o fizeram em

⁴² Aquando da morte de José Augusto de Castro, a 13 de Maio de 1942, esta constitui a principal manchete do periódico *O Despertar*, fazendo acompanhar a notícia da fotografia do seu distinto colaborador: «Morreu José Augusto de Castro! Morte natural, pois espiritualmente viverá eternamente em nossos corações. Glória incarnation do Génio e da Arte, José Augusto de Castro aliou à graça infinita da beleza, a profundidade do pensamento e a grandiosidade da Ideia. Amou e cantou a sua Pátria e a República, em encantadoras estrofes, tão perfeitas, tão originais e tão humanas, que causavam, e continuam a causar, a admiração de todos os portugueses (...) Está de luto a República!». *O Despertar*, n.º 2557, Coimbra, 16 de Maio de 1942.

Lisboa ou no Porto. 42% daqueles que se dedicaram à 'propaganda' estiveram apenas activos na província.» (Mattoso, 1994: 475-476).

«Apóstolos decididos, devotados a uma causa»⁴³, os que eram redactores demonstravam, através das suas mensagens na imprensa, possuir um poder que decorria, sobretudo, do conhecimento sobre política e da arte de escrever e, daí, o integrarem elites que, além de políticas, porque dominavam saberes políticos e se assumiam como politicamente activos, eram também intelectuais. Os seus saberes sobre política seriam adquiridos através de contactos directos com personalidades de referência, mas, também, mediante a leitura de fontes impressas, desde textos clássicos a artigos de jornais contemporâneos, nacionais e estrangeiros. O poder económico que detinham havia-lhes permitido o desenvolvimento intelectual, assim como as respectivas capacidades cognitivas possibilitar-lhes-iam aumentar o poder social e económico, isto, porque «'as formas de poder e influência são aglutinativas: os que dispõem de certo poder tendem a adquirir também outras formas'» (Lasswell; Lerner, 1967: 19). Poucos terão conseguido obter o poder intelectual e político sem que fossem, à partida, detentores de poder económico. No entanto, a acção dos seminários eclesiásticos e de instituições de protecção e formação de crianças e jovens esteve na base do sucesso de personalidades como o covilhanense José Ramalho.

A linguagem adoptada, não só por poetas como José Augusto de Castro, mas pela generalidade dos emissores, por vezes com termos burilados e figuras de sintaxe e de pensamento, conferia aos textos uma certa identidade literária. Parecendo fazer questão de mostrar as suas habilidades comunicativas, pouco comuns, decerto, e os seus conhecimentos, principalmente políticos, das suas propostas transparecia uma certa autoridade. Interessados na implicação das massas na política, de que dependia a sua própria afirmação, aqueles membros de elites intelectuo-burguesas, de modelo romântico, procuraram agir sobre o mundo social e sobre o conhecimento que os seus destinatários tinham desse mundo, informando e influenciando, enfim, fazendo ouvir a sua voz, principalmente, através da imprensa periódica.

⁴³ *O Combate*, n.º 5, Guarda, 3 de Novembro de 1904. Extracto retirado de um artigo de saudação pelo «aparecimento d'*O Combate*, que nesta hora vem enfileirar-se na primeira linha dos já experimentados lutadores em prol da República, que o mesmo é dizer pela causa da redenção da Pátria».

Não obstante, muitas dessas personalidades que protagonizaram o arranque e o desenvolvimento do periodismo na Beira permanecem quase esquecidas. daquelas que integraram as elites governamentais, há todo um espólio, nos diários do governo monárquico-constitucional e da República (Câmaras dos Senadores e dos Deputados), que poderá ser fundamental à devida reconstituição da sua acção política. São, enfim, muitas as palavras, também contidas nos periódicos a que estiveram ligadas, que aguardam ainda alguém que as rediga, particularmente, aos beirões de hoje.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, João da Fonseca Nabinho, *Fundão e Arredores – Costumes*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1940.
- BENTO, Manuel Pires, *A Questão Municipal*, Castelo Branco: Ottosgrafica, 1928.
- CARVALHO, António Carlos, *Para a História da Maçonaria em Portugal (1913-1935)*, Lisboa: Vega, 1993.
- CRAVEIRO, Joaquim Lopes, «Lazer e vida associativa», in Ferreira, Jaime (coord.), *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*, Guarda: Edição da Câmara Municipal da Guarda, 2000.
- DELGADO, Rui Nunes Proença, *No Centenário da Escola Campos Melo na Covilhã (1884-1984) – Estudos de História*, Covilhã: Edição do autor, 1984.
- GARCIA, Maria Antonieta, «A Linguagem dos Poderes», in Ferreira, Jaime (coord.), *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*, Guarda: Edição da Câmara Municipal da Guarda, 2000.
- GOMES, J. Pinharanda, *História da Diocese da Guarda*, Braga: Edição do autor, 1981.
- GOUVEIA, Regina, «Vizinhos, Vecinos...», in Rodrigues, Dorizete, *Diálogos Raianos: Ensaios sobre a Beira Interior*, Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- GRAINHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*, Lisboa: Vega, s.d.
- LASSWELL, Harold e LERNER, Daniel, *As Elites Revolucionárias*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- LOBO, Ernesto Pinto, *História da Imprensa em Castelo Branco*, Castelo Branco: Edições J.P.L., 1995.
- LOBO, Francisco Rodrigues, *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*, Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1945.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910 a 1928)*, Lisboa e Porto: Assembleia da República e Edições Afrontamento, 2000.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol. 6: *A Segunda Fundação*, Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MILHANO, José Vicente, *Covilhã: Um Passado. Que Futuro?*, Covilhã: Edição do autor, 1992.
- MORGADINHO, Álvaro, *Cidade da Covilhã: Homens e Fatos*, Covilhã: Edição da Câmara Municipal da Covilhã, s.d..
- OLIVEIRA, César (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [Dos Finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- PEREIRA, António dos Santos, *O Parlamento e a Imprensa Beirã em tempos de crise (1851-1926)*, Coleção Parlamento, Lisboa: Edição da Assembleia da República / Edições Afrontamento, 2002.
- PRATA, Manuel Alberto Carvalho, *Academia de Coimbra (1880-1926): Contributo para a sua História*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, «Figuras notáveis», in Ferreira, Jaime (coord.), *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*, Guarda: Edição da Câmara Municipal da Guarda, 2000.
- RODRIGUES, Américo, *José Augusto de Castro: O Idealista Rebelde*, Guarda: Aquilo Teatro, 2003.
- ROMANA, Mota da, «A força da instituição igreja», in Ferreira, Jaime (coord.), *A Guarda Formosa na Primeira Metade do Século XX*, Guarda: Edição da Câmara Municipal da Guarda, 2000.

SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *A Renascença Portuguesa: Um Movimento Cultural Portuense*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal [1890-1910]*, Vol. X, Lisboa: Editorial Verbo, 1990.

PERIÓDICOS

A Civilização, Guarda.

O Combate, Guarda.

Correio da Beira, Guarda.

Correspondência da Covilhã, Covilhã.

O Dever, Covilhã.

Distrito da Guarda, Guarda.

A Era Nova, Castelo Branco.

A Gardunha, Fundão.

A Guarda, Guarda.

Notícias da Beira, Castelo Branco.

O Raio, Covilhã.

A Renovação, Fundão.

O Trabalho, Covilhã.

OUTRAS FONTES

Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia de Castelo Branco, Tipografia de Castro & Irmão, 1860.

Processos de Habilitação Legal, Arquivo Municipal da Covilhã, Documentos 1179 a 1192.